

humanitas

Vol. XXXV-XXXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XXXV-XXXVI



MCMLXXXIII-MCMLXXXIV
C O I M B R A

quer pelo seu léxico, arcaísmos, muitas repetições, ideias e imagens iguais e uma série de semelhanças métricas e fonéticas.

Inclui, por fim, na página 87 uma produção alheia a Llanos, mas que ajuda a uma melhor compreensão do notável jesuíta.

O capítulo de muito interesse para a influência dos clássicos na poesia neolatina surge com um cotejo, bastante exaustivo e convincente, de versos do jesuíta e de Virgílio ou Ovídio.

A paisagem mexicana dá o tom e a cor a todas estas obras, sobretudo na Epístola em que se descreve toda a fundação tepotzotlana e no Diálogo na visita dos inquisidores numa perspectiva genérica do lugar e depois estreitando-se e fechando sobre a fundação jesuítica.

Com as devidas precauções e hipóteses justificativas baseadas nas três grafias diferentes observadas no manuscrito, o autor dá o texto latino e paralelamente apresenta a versão rítmica, em espanhol, das obras atrás mencionadas.

Como apêndice temos o acervo documental, a partir do manuscrito 1631 da Biblioteca Nacional do México. Seguem-se notas ao texto latino e espanhol, com referências a aspectos fonético, morfológico e sintáctico, bem como figuras estilísticas mais frequentes e expressivas.

O livro termina com o Índice geral, precedido duma bibliografia cuidada e especializada para os objectivos que se propôs o seu autor.

É, sem dúvida, um contributo meritório de José Quiñones Melgoza para o desbravamento da poesia novilatina, e em especial, dos fins do século XVI-XVII, quase toda ainda adormecida nos Arquivos e Bibliotecas. Idênticas iniciativas sejam tomadas por estudantes ou estudiosos das letras clássicas, para se embrenharem na investigação da poesia pátria, que jaz, num mutismo verdadeiramente assombroso, dando a conhecer uma literatura portuguesa perspectivada sob novos ângulos e cimentada por novos valores intelectuais e culturais.

MARIA ALCINA DOS MÁRTIRES LOPES

Oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551.

Reprodução facsimilada, leitura moderna, tradução e notas de Gabriel de Paiva Domingues. *Acta Rediviva*, III. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1982.

Perante a necessidade crescente de se darem a conhecer os textos dos nossos humanistas — não só por serem de difícil acesso (com mais de quatrocentos anos e em edições, algumas, raras), mas também por se tratar, em muitos casos, de textos em latim —, é sempre de saudar o aparecimento de um trabalho como o que foi

publicado, em 1982, nos *Acta Rediviva* (1). De facto, o número 3 desta colecção é dedicado à apresentação e estudo da Oração proferida no Colégio das Artes, a 28 de Junho de 1551, por André de Resende. Comemorava-se então, e de acordo com os *Statuta* de 1548 (2), isto é, com um discurso público em louvor do rei, a fundação do Colégio das Artes por D. João III. A missão difícil, coube a André de Resende (na qualidade de professor do referido Colégio). E a Oração saiu — não podia deixar de ser — altamente encomiástica. Consciente das dificuldades, perante matéria de tão alto coturno, André de Resende teve de se aparelhar com todas as «artes» retóricas para encarecer o Rei. E, segundo o processo clássico de deixar para o fim o ponto mais alto (e adequado às circunstâncias) do discurso, A. R. vai abordando, com maior ou menor parcimónia, os temas enunciados no exórdio (3). Alonga-se na exposição dos atributos religiosos do Rei, atributos esses que a Casa Real propicia e de que é, também, reflexo (e que dão o tom à religião pública); entretanto, diz (para evitar o exagero?) que nem tudo, em matéria de religiosidade, será obra do Rei, mas nem por isso deixa de fazer dele um exemplo (um rei amante das coisas divinas, atento a quaisquer desvios — religiosos e morais) e defende-o dos ataques dos que o consideram fanático em extremo. Fala, depois, das capacidades governativas do Rei e de como, graças à sua habilidade diplomática, soube manter a paz em casa e fazer a guerra, quando necessária do ponto de vista da Cristandade, fora; alude ainda, com particular relevo, aos malabarismos políticos de D. João III em face de dois antagonistas de monta: Carlos V e Francisco I.

No capítulo da justiça, que A. de R. associa à conformidade com as Leis, D. João III é também digno de louvor: na vida privada, um modelo de virtudes; no modo como recolhe e administra os bens públicos, ele é, pela sua magnanimidade, a antítese do explorador tirânico.

Finalmente, A. R. passa a referir a actuação mecenática de D. João III, já que favorece no país «Literarum in omni disciplinarum genere assiduam exerci-

(1) Esta colecção tem como objectivo a publicação de textos do Humanismo Português e está sob a orientação do Professor Doutor Américo da Costa Ramalho. Daí que o estudo em epígrafe venha precedido de um prefácio da autoria do referido Professor, onde são retomadas, em complemento do que no decurso do trabalho é dito, algumas questões, como sejam: a «controversa questão do 'L' inicial do nome humanístico de André de Resende» (p. VI), a identificação do «misterioso Lúcio do volume III da *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado» (p. VI), as relações de A. R. com Erasmo (p. VII), as datas em que A. R. frequentou o Estudo de Salamanca (pp. VII-IX).

(2) Na realidade, os *Statuta* de 1548 determinavam o dia 2 de Fevereiro, o da dedicação do Colégio, para celebração da efeméride; mas, por alvará de 15 de Dezembro de 1550, esta festividade passou para uma data próxima do S. João; daí a data do discurso de André de Resende, 28 de Junho (veja-se nota 16, p. 106).

(3) Isto é: «Mihi de summa pientissimi Regis in Deum Optimum Maximum religione, de prudentia, de iustitia, de animi excelsi atque inuicti magnitudine, deque egregia in omni uita moderatione, placuit non nihil attingere» (fl. Aiiij r°).

tationem» (fol. C i r) e poupa, assim, os estudantes ao constante peregrinar por terras estrangeiras, naquela Europa quinhentista.

Alusões breves à moderação e constância do Rei (evidenciadas sobretudo na forma como sofreu sucessivas perdas de filhos e parentes), e a formulação de votos de saúde e de vida longa para um tal soberano terminam o discurso.

Estes, em termos gerais, os pontos salientes da Oração; e todos eles de resto, são referidos pelo Dr. Paiva Domingues na introdução ao texto (4).

Não é fácil que um discurso deste género seduza o leitor de hoje (sobretudo se outras leituras lhe deram uma imagem negativa do rei em causa). Quem procurar nele a elevada agilidade do latim resendiano, facilmente a encontra (para mais espriado numa toada oratória de saber ciceroniano). Mas quem lhe pedir uma resenha de factos terá de se munir, primeiro, com uma boa bagagem histórica haurida noutros textos, porque este discurso é essencialmente alusivo. A audiência, naturalmente, era capaz de captar as mais pequenas sugestões. Mas hoje os escólios tornam-se cada vez mais necessários. Revelam-se, por isso, do maior interesse as notas que — o que é sintomático do seu desenvolvimento — ocupam, no trabalho, um longo (mas proveitoso) espaço: pp. 77-153. Elas permitem avaliar da maior ou menor historicidade dos factos levemente referidos por André de Resende (5).

A leitura moderna do texto latino (6) é feita com base na 1.^a edição (BGUC R-73-13) referenciada por A, mas confrontada, em rodapé, com as edições B (Ms. 3170 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra) e C (Ms. 2583 da mesma Universidade), sendo este último, segundo Paiva Domingues, cópia da 1.^a edição. Estranha-se que se tenham mantido grafias como *uireis* (p. 33) por *uires*, *omneis* (p. 34) por *omnes*, bem como as «letras ramistas», hoje desactualizadas, mesmo no estabelecimento de textos do séc. XVI (7). A leitura é, no geral, correcta, mas surgem algumas alterações ao texto de base que não são justificadas e nem

(4) Mais concretamente: cap. III (pp. 9-19). Observe-se desde já que o subtítulo — reprodução facsimilada, leitura moderna, tradução e notas — omite uma das componentes do trabalho, isto é, os capítulos introdutórios, de grande utilidade para uma primeira abordagem do discurso.

(5) Assim acontece, por exemplo, com as notas 27 (sobre a criação de novas dioceses, impulsionada por D. João III), 28 (sobre o zelo deste rei no sentido de estabelecer a Inquisição em Portugal — no que se revelou mais exigente que o Papa...), 29 (dedicado à missão portuguesa no reinado de D. João III), 31 (sobre as lutas entre Carlos V e Francisco I), 36 (onde são levantadas questões do pacifismo e do cruzadismo de D. João III, e onde se diz que a posição de André de Resende não é clara e se aconselham os estudiosos do erasmismo de A. de R. a dar merecida atenção a este passo), 38 (esclarecedora da actividade administrativa e legisladora do Rei). Estas e muitas outras noutras notas são o pano de fundo necessário à compreensão do discurso.

(6) Que, na estrutura do trabalho, constitui o cap. VII e abrange a dedicatória da *Oratio* à Infanta D. Maria, irmã do rei.

(7) Tanto mais que a edição facsimilada não regista, salvo erro, nenhuma utilização do *j* e, no caso do *u* consonântico, oscila entre a posição inicial (dada por *v*) e a posição intermédia (dada por *u*).

sempre se compreendem. É o caso, por exemplo, de *ingeniis* (p. 35) que ocorre em substituição de *ingenii*, presente nas três edições (A: B: C), sem que se vislumbre justificação para tal, quando a estrutura paralela da frase aconselha a que se mantenha o genitivo. No domínio da pontuação adoptada, nada há a dizer em especial, dado tratar-se de uma questão altamente subjectiva. Resta ainda acrescentar que, no sentido de facilitar a consulta da obra, teria sido aconselhável ter colocado à margem do texto em leitura moderna (e da tradução) a referência às folhas da edição facsimilada.

Segue-se a tradução (cap. VIII) que, afora alguns passos de que é possível discordar (8), se mantém fiel ao texto.

A preceder o texto latino e a tradução surgem vários capítulos de natureza introdutória, embora apenas o cap. I ostente o título *Introdução* e trate de «Manuscritos e edições» (e onde se faz a descrição do exemplar bibliográfico utilizado para o facsimile).

O cap. II (pp. 7-8) é, como o título indica, uma «Nota bibliográfica de André de Resende», largamente desenvolvida nas notas 1 a 3 (pp. 77-92). Sobre o cap. III, veja-se o que foi dito atrás. O cap. IV (pp. 21-23) trata, sumariamente, do «valor histórico desta Oração», pondo em confronto (implícito) as afirmações de André de Resende sobre o Rei e as opiniões sobre o assunto, expendidas por várias figuras, nacionais e estrangeiras, ao longo dos tempos; termina com um apelo aos historiadores para que levem em conta as informações contidas em textos latinos (mesmo os que, como este, têm um evidente cariz laudatório). O cap. V («Influência de Cícero no Latim de Resende», pp. 25-26) poderia ser mais interessante se se não limitasse a uma listagem de termos, sem qualquer comentário, tanto mais que, como o autor acaba por afirmar, este vocabulário fazia parte do substrato cultural de qualquer bom humanista. No cap. VI («Estrutura da oração», pp. 27-30) é analisada a estrutura do discurso, «semelhante à que Cícero usava em seus discursos» (p. 27) e estabelecido um paralelo com a conhecida *Oratio Pro Archia Poeta* de Cícero (9).

(8) As discordâncias possíveis têm a ver, essencialmente, com uma expressão nem sempre elegante ou suficientemente clara. É o caso, por exemplo, da tradução do seguinte passo: *Coniugium, si quis alius, seruat integrum et incontaminatum* (B iij r).

(9) Poderia dizer-se, relativamente à estrutura do discurso de André de Resende, que ele é semelhante a qualquer discurso do *genus demonstratiuum*, tal como o preceituado nas «artes retóricas» de larga difusão ao tempo. Semelhanças mais estreitas com a *Oratio Pro Archia Poeta* podem entrever-se, mais do que na estrutura, em sugestões resendianas de palavras e expressões de Cícero, extraídas do referido discurso. Assim: 1) glosando o tema dos frutos que o sementeiro deve colher em primeiro lugar (Cícero fala do quanto deve a Árquias, A. R. do quanto todos devem a D. João III), há semelhanças entre *fructum* e *prope suo iure debet*, em Cícero, e *fructus* e *sane iure debentur* em André de Resende (embora este o diga na dedicatória à irmã do rei e não no corpo do discurso, e utilize uma expressão que atribui a S. Paulo mas não se afasta, no essencial, do que é dito por Cícero); 2) a *capitatio benevolentiae* insiste, em ambos os autores, no elogio da nobreza e cultura da assembleia reunida para escutar o discurso; e se é verdade que o processo se tornou

Depois das *Notas*, a cujo interesse já fizemos referência, vem uma *Bibliografia* (pp. 155-158) selectiva, isto é, que indica apenas as obras julgadas mais importantes para o trabalho em questão.

A reprodução facsimilada do texto utilizado (1.^a edição, Coimbra, Tipografia de João Barreiro e de João Álvares, sócios, 1551), acompanhada da Carta de A. R. à Infanta D. Maria, em 133 hexâmetros dactílicos (10) e do poema *Ad Christum opt. max. crucifixum* (9 dísticos elegíacos), ocupa as páginas finais; segue-se-lhe a *Corrigenda*, demasiado extensa (quatro páginas), mas longe de esgotar os erros disseminados por todo o livro; erros de máquina, naturalmente, mas que não deixam de afectar a qualidade do trabalho. E, no final, sente-se a falta de índices. No entanto, e apesar destes breves reparos, o saldo é, sem dúvida, positivo: além de ser mais fácil, agora, ler a *Oração* de André de Resende, temos neste trabalho uma boa orientação (com relevo especial para a parte histórica) que a todos ajudará na compreensão do discurso, e ainda, o que não é menos importante, a sugestão de algumas pistas de estudo (como sejam: a qualidade do latim resendiano; a questão do erasmismo de André de Resende).

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO e SÍLVIO ELIA, *As Poesias de Anchieta em Português. Estabelecimento do texto e apreciação literária.* Rio de Janeiro, Edições Antares em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1983, 170 pp.

Neste livro da autoria conjunta de dois ilustres professores brasileiros, o estabelecimento do texto e o comentário linguístico são de Sílvio Elia, probo e respeitado filólogo, com abundante bibliografia publicada na sua especialidade.

O estudo literário sobre Anchieta é da pena de Leodegário Amarante de Azevedo Filho, prolífico autor de livros e artigos sobre as literaturas portuguesa e bra-

um hábito querido dos humanistas, não deixa de ser significativa a recorrência do epidíctico *hic* em André de Resende como em Cícero; 3) ambos os discursos começam pela conjunção hipotética *si*, e, embora o tema desenvolvido não seja o mesmo, o protesto de humildade é comum.

(10) Este poema, que constitui um elogio da cultura da Infanta e das suas damas Joana Vaz e Luísa Sigeia, liga-se directamente com o tema do discurso. Por isso, seria de esperar que o Dr. Paiva Domingues, ao tratar (na nota 6) da Infanta D. Maria, se lhe referisse, bem como à tradução que entretanto publicou (juntamente com Introdução, texto e notas) na *Humanitas*, 27-28 (1975-76) 53-69, em artigo que tem por título: «A *Sempre-Noiva*: Carta de André de Resende à Infanta D. Maria» (informação esta que devo ao Professor Doutor Costa Ramalho).